

A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DA COMPANHIA DE JESUS AO ENSINO SUPERIOR

Bruno Vivas de Sáⁱ

Maria Thereza Ávila Dantas Coelhoⁱⁱ

RESUMO

Este artigo investiga a importância da Companhia de Jesus para os primórdios das instituições de ensino superior no Brasil, bem como para o projeto de colonização português. Durante muito tempo, essa empresa esteve à frente dos interesses políticos de Portugal no Novo Mundo. Mais do que isso, ela foi o reflexo da educação lusitana no contexto das reformas pelas quais a Europa passou no século XVI. Vale ressaltar que, à época das incursões ultramarinas, o pensamento reformista encontrava-se aflorado no Velho Mundo, com exceção de Portugal. Durante o desbravamento, o ensino foi um dos principais instrumentos de dominação, cuja função foi delimitada pelo sistema disciplinar, fundamentado por uma rígida estrutura pedagógica. Esse modelo de ensino visava *lapidar* o comportamento considerado selvagem, tornando o homem apto para o convívio social.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, ensino superior, colonização.

ABSTRACT

This article aims to investigate the importance of the Society of Jesus on the beginnings of higher education institutes in Brazil, as well as to the Portuguese colonization project. This company has been, for a long time, on the forefront of Portugal's political interests on the New World. More than that, it was a reflection of the Lusitanian education in the context of the reforms that Europe passed through in the sixteenth century. It is noteworthy that, at the time of incursion overseas, the reformist thinking was touched upon in the Old World, with the exception of Portugal. During the exploration of Brazilian lands by Portugal, education was one of the main instruments of domination, whose function was limited by the disciplinary system, substantiated by a rigid teaching structure. This teaching model was designed to *polish* the behavior considered wild, making man able to socialize.

Keywords: Society of Jesus, higher education, colonization.

INTRODUÇÃO

As Escolas e práticas pedagógicas existem desde a antiguidade. Este estudo deteve-se, particularmente, na modalidade de ensino que se organizou a partir do encontro do homem europeu com a cultura islâmica, a universidade. Filha da Idade Média (400 – 1600), a origem da universidade confunde-se com a própria história da Igreja Católica. Inicialmente, o ensino superior dizia respeito à transmissão da teologia. A filosofia medieval confundiu-se, durante

muito tempo, com o discurso teológico. De São Tomás de Aquino (1225 – 1274) a Jules Simon (1814 – 1896), a instituição universitária esteve sob o domínio do cristianismo. Jules Simon, por exemplo, defendeu a tese de que a natureza era reflexo da imagem enigmática de Deus. Em *Religião Natural*, obra de 1869, o pensador francês acreditava que o conhecimento da natureza prescindia de uma suposta revelação divina.

Para se ter uma ideia da influência do discurso religioso na história da Universidade, basta lembrar que o resgate da filosofia grega pela cultura ocidental foi realizado pela escolástica, corrente filosófica nascida na Idade das Trevas, que teve São Tomás de Aquino como seu principal representante. O predomínio da escolástica no campo da filosofia fez com que a instituição universitária fosse dominada por pensadores à moda episcopal por mais de cinco séculos. Essa prevalência não significa, contudo, ausência de embate. Até conseguir se desvincular da teologia, o processo de separação da filosofia pode ser compreendido a partir do debate entre o sistema de ideias que buscavam decifrar o verdadeiro significado de Deus e os pensadores que defendiam a utilização da filosofia como instrumento de investigação da natureza e das sociedades, não mais da parte cabível à divindade.

A história da educação no Brasil carrega, portanto, a marca indelével do projeto de colonização planejado por Portugal e desenvolvido pela Companhia de Jesus. Acredita-se que a proposta pedagógica dos jesuítas tiveram papel fundamental para que o projeto de colonização português pudesse ir além do período do descobrimento. Desde o primeiro momento das investidas lusitanas no Novo Mundo, a campanha jesuítica esteve à frente do projeto educacional, que teve início no século XVI, e que levou a colonialização a atingir seu pleno desenvolvimento no século XVIII. Investigar a história do ensino no Brasil implica o reconhecimento do empreendimento de Santo Inácio de Loyola (1491 – 1556), não somente como um dispositivo crucial no fortalecimento das práticas de ensino no país, mas como o instrumento capaz de civilizar a selvageria dos nativos da América. A influência da Igreja Católica no Brasil foi tão intensa que ela supera a presença dos jesuítas da Companhia de Jesus. Apenas no século XIX foi possível sustentar um debate que discutisse o predomínio da teologia na instituição universitária.

Parece impossível desvincular a origem do ensino superior no mundo ocidental do encontro com o mundo árabe, que data desde os idos do século IV, com a queda de Constantinopla, quando as mensagens dos evangelhos conduziram milhares de fiéis para a remissão dos seus pecados no Oriente, muito antes da peregrinação das Cruzadas. O caminho para o Leste foi, também, um projeto de conquista territorial, que buscava atender à demanda do crescimento populacional europeu. Esse encontro transformaria tanto o ocidente quanto o

oriente. Do século X ao XII, o mundo árabe já havia acumulado um vasto conhecimento sobre astronomia, matemática, teologia, filosofia, medicina e literatura, proporcionando um rico contexto cultural e iniciando um processo de urbanização, orientado por uma nova instituição, a universidade, que articulava ao seu corpo os discursos de manutenção social.

A Universidade, debruçada sobre as relações entre a cultura e a cidade, reúne ao seu redor os elementos de uma nova Era, promovendo o desenvolvimento urbano e tecnológico que levaria o ocidente à ordem e ao progresso séculos depois. Do horizonte despontaria “cada vez mais uma nova Europa, a Europa urbana, em contraposição à antiga Europa, a Europa agrária” (Janotti, 1992, 16). No início do século XII, a universidade foi legitimada pelo poder eclesiástico e imperial em Paris e Bolonha para se espalhar, rapidamente, por todo o continente (Trindade, 2000). Oliveira (2007, 3) faz questão de sublinhar que “o papa e os príncipes encaravam essas instituições como importantes pontos de apoio político e cultural. Em função disso, editaram leis e bulas com o objetivo de instituí-las, protegê-las e nelas intervir”. O termo *universitas* designava determinada classe social ou fazia referência a um grupo profissional, como bem demonstra. As instituições responsáveis pela preservação das práticas medievais eram conhecidas como *studium generale*, não exatamente por cultivarem o exercício dos mais variados campos do conhecimento, mas sim por receberem os mais diferentes públicos. Em seus primórdios, o ensino superior estruturava-se a partir de uma administração com estilo episcopal. De Santo Agostinho a Tomás de Aquino, a igreja católica empreendeu um enorme esforço na construção de uma densa teologia fundamentada na filosofia de Platão e Aristóteles (Oliveira, 2007). É exatamente por isso que, em *O Anticristo*, Nietzsche (2007) foi contundente ao afirmar que o cristianismo é o platonismo para o povo. A título de entendimento, as bases da realidade ocidental foram constituídas pela influência filosófica grega, os princípios jurídicos foram orientados pelo legado romano e as práticas de ensino superior originárias do Oriente-médio transformaram profundamente a cultura européia, que passou a se ordenar em torno da universidade.

Não foi apenas o caminho para o Oriente que encheu a alma do homem medieval de fantasias, mas as ondas do mar falavam de mistérios guardados pelo horizonte, povoando com miragens o olhar. Haveria algo além? Seria mesmo o fim do mundo, como profetizavam os sábios? Ou segredos e riquezas estariam em terras exóticas à espera de serem descobertas? Galeano (2010, 31) compreende que “a América era um vasto império do Diabo, de redenção impossível ou duvidosa, mas a fanática missão contra a heresia dos nativos se confundia com o brilho dos tesouros do Novo Mundo”. Expedições cortaram oceanos e fizeram revolução. Um mundo ergueu-se aos olhos do europeu revelando praias e florestas. “Da cunha é que nos

veio o melhor da cultura indígena. O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho (...) o cabelo brilhante de loção ou de óleo de coco, reflete a influência de tão remotas avós”, confidencia Freyre (2006, 163). Segundo esse autor, enquanto os espanhóis propunham a dissolução e devastavam os valores nativos dos incas, astecas e maias, a invasão portuguesa ficou caracterizada por outra abordagem: “o europeu [português] saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos deixaram-se contaminar pela devassidão” (Freyre, 2006, 161). As embarcações da Companhia eram verdadeiros instrumentos de exploração rumo ao desconhecido das terras selvagens no continente americano. Na busca pela Índia, os descobridores europeus encontraram a América. Foi a partir desse desencontro que ocorreram os primeiros contatos entre os exploradores do Novo Mundo e os nativos que habitavam aquelas terras.

A “POLÍTICA DE EDUCAÇÃO” DA COMPANHIA DE JESUS E O PROJETO DE COLONIZAÇÃO

Ao analisar a história da educação na América Latina, é possível perceber a diferença entre o projeto de colonização lusitano e o espanhol. Enquanto a formação educativa na América portuguesa era mantida pela Companhia de Jesus, desde o primeiro momento em que pisou em solo americano, a Espanha abriu universidades em suas colônias. Por que Portugal demorou três séculos para abrir uma universidade no Brasil? Estudar a influência do ensino jesuítico no país implica em compreender o lugar ocupado por Portugal no cenário da reforma cultural que atravessava o continente europeu, transformando as relações que o homem tinha com a instituição universitária e com o conhecimento, por sua vez.

No artigo *Saber poder: os dilemas da universidade brasileira*, Hégio Trindade (2000), através de um percurso histórico, destacou três momentos importantes para a origem e o desenvolvimento da universidade. Desde as primeiras trocas entre o homem europeu e toda riqueza cultural e intelectual do mundo árabe, a idéia de ensino superior materializou-se, até o século XV, na universidade resguardada sob os cuidados do regime episcopal. Posteriormente, uma onda revolucionária atravessou as paredes e os pressupostos das universidades para transformá-la: “a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contra-Reforma” (Trindade, 2000, 1). Um período de duzentos anos fez o ocidente passar por uma profunda transformação na forma de se

relacionar. Nesse ínterim, um conhecimento subversivo, paralelo ao saber vigente, começou a emergir da escuridão e a agir na clandestinidade. A partir do século XVII, o desenvolvimento do discurso científico abalou a estrutura da Igreja Católica e, conseqüentemente, promoveu uma reviravolta, transformando o lugar ocupado pela universidade.

A cisão que separou a universidade da instituição católica não pode ser pensada como separada do enfraquecimento do poder clerical. É preciso compreender que a substituição da teologia pelo conhecimento científico alterou toda a base governamental da época. A hegemonia da Igreja Católica deu lugar para o desenvolvimento tecnológico que a ciência parecia indicar (Bacon, 2000). Depois de a interpretação da antiga filosofia grega, realizada pela escolástica, fundamentar o mundo medieval, garantindo a Igreja como principal instituição daquela época, a compreensão da sociedade moderna só seria renovada no século XVI com o conceito de Estado moderno, pensado pelo filósofo italiano Nicolau Maquiavel (1453-1527). Sua relevância justifica-se pelo contexto em que a Europa se encontrava naquele período. Com os antigos impérios em ruínas, o enfraquecimento da Igreja Católica e o surgimento da burguesia, o Velho Mundo estava esfacelado. Hoje, parece mais do que evidente que a efervescência cultural de Florença, berço do Renascimento, foi um contexto motivador para a reflexão que Maquiavel realizou sobre as questões de Estado, produzindo o escopo da ciência política (Maquiavel, 2000).

Maquiavel estudou com afinco diferentes cidades-estados, como Creta e Atenas, que representavam o mundo grego e o império romano. Ele tentou compreender, por exemplo, como Moisés conseguiu manter unido um povo durante o grande êxodo no antigo Egito. Em cada caso, apesar da particularidade evidente de cada cultura, Maquiavel estava preocupado em perceber o que era comum a cada uma delas. Em síntese, *O Príncipe* (Maquiavel, 2000) trata disto: ao listar os elementos fundamentais para a manutenção de um Estado baseado naquilo que foi observado na análise dos mais antigos impérios da humanidade, Maquiavel foi um dos precursores do método científico. Sobre esse ponto, Ernest Cassirer (2003, 161-162) assinala que, “tal como a dinâmica de Galileu se tornou a base da nossa moderna ciência natural, a obra de Maquiavel lançou os alicerces de uma nova modalidade de ciência política”. É digno de nota a seguinte consideração do filósofo italiano, feita no Capítulo VI da obra citada: "caminham os homens, em geral, por estradas já trilhadas. Aquele que é prudente, desse modo, deve escolher os caminhos já percorridos pelos grande homens, e copiá-los" (Maquiavel, 2000, 55).

Enquanto toda a Europa se transformava, Portugal conduzia seu projeto de colonização tendo como referência uma instituição com fortes tendências medievais. O

historiador Pena (2005), em seu artigo *Os apóstolos do tempo moderno: A Companhia de Jesus e o pensamento neotomista em Portugal*, reflete sobre a dissonância existente entre o governo português e a nova modalidade de governo que despontava por toda Europa. Se a Espanha espalhou universidades em suas colônias americanas, a Companhia de Jesus fez do ensino um instrumento de dominação, capaz de converter o nativo em soldado de cristo e formar um desbravador de novas terras, a serviço da coroa portuguesa. As páginas de *Formação do Brasil contemporâneo (2000)*, clássico do historiador Caio Prado Junior, delineiam o lugar do índio na época do descobrimento.

O projeto de colonização adotado pelo jesuíta Manoel da Nóbrega era centrado na importância do papel do colonizador, no Novo Mundo, como sendo aquele que levaria a civilização para os nativos (Leite, 1945). O padre Manoel da Nóbrega liderou a primeira leva de missionários que desembarcou na costa brasileira. Sua atuação à frente dessa expedição se deu conjuntamente com o padre José Anchieta (1534 – 1597). O trabalho desenvolvido por ambos talvez tenha sido o principal fator de sucesso da Companhia de Jesus, à época do descobrimento. Acredita-se que o ensino jesuítico tenha sido a ponte que permitiu a passagem do descobrimento à colonização. A expulsão dos jesuítas, pela reforma do Marquês de Pombal (1699 – 1782), realizada em 1759, foi um marco na história da educação no Brasil (Serrão, 1982; Neto e Maciel, 2008; Santos, 2011). Apesar do último grupo de jesuítas ter deixado a colônia nos anos finais do século XVIII, a influência da Igreja Católica produziu ainda fortes ressonâncias na instituição universitária até a segunda metade do século XIX.

Até o surgimento da filosofia alemã, a escola espiritualista francesa dominava a cena acadêmica européia. No Brasil oitocentista, prevaleciam as ideias de teólogos como Joseph de Maistre (1753 – 1821), Visconde de Bonald (1754 – 1800), Pierre Royer-Collard (1763 - 1845), François Guizot (1787 – 1874), Victor Cousin (1792 – 1867), Théodore Jouffroy (1796 – 1842), Padre Bautain (1796 – 1867), Étienne Vacherot (1809 – 1897), entre outros. Ainda que cada pensador tivesse percorrido seu próprio caminho, suas ideias tangenciavam a mesma questão: o significado de Deus. Parecia não restar dúvida de que a verdadeira missão da Universidade estivesse em buscar o que, da espiritualidade, era acessível à consciência. Foi nessa ambiência que o jurista e filósofo Tobias Barreto (1839 – 1889), fundador da Escola do Recife – movimento cultural e filosófico ocorrido na Faculdade de Direito do Recife de 1870 a 1914 -, apresentou ao meio acadêmico brasileiro novas possibilidades para a filosofia. Ele rompeu com o dualismo cartesiano, buscando o entendimento do corpo como máxima expressão da alma. Embasado pelo monismo de Haeckel (1834 – 1919) e pelo culturalismo alemão, o intelectual sergipano questionou se o papel da filosofia deveria ser o de determinar

a realidade divina: “a filosofia ousa determinar na teodicéia os atributos e qualidades divinas, será essa determinação exata? ...sobre que dados ela é feita?” (Barreto, 1868, 87). No seu texto *Sobre a Religião Natural de Jules Simon*, de 1869, Tobias Barreto afirmou que a filosofia deve ter “a coragem de não curvar a cabeça e o joelho ante o Deus metafísico de Descartes e dos filósofos em geral” (Barreto, 1869, 146).

Uma possível explicação para o atraso do ensino superior brasileiro foi o fato de Portugal não ter acompanhado a onda revolucionária que revirou a Europa a partir do Renascimento. Fechado em si e imerso em guerras, esse país foi um caso à parte nesse processo (Janotti, 1992; Neto e Maciel, 2008). A pressão do papado para que Portugal aderisse ao projeto das Cruzadas foi uma das principais causas do seu atraso social e cultural em relação ao restante dos países europeus. “Antes do século XIII,” escreve o historiador Aldo Janotti (1992, 115), “Portugal não se afigurava como um país europeu propriamente dito. Situado na extrema periferia da Europa Ocidental, o país tinha a desvantagem de dificilmente poder comunicar-se com a Europa”. Ninguém melhor do que Manuel Rodrigues Lapa, eminente professor português, para ilustrar essa característica do espírito lusitano, quando diz: “sempre que nos fechamos em nós mesmos, fomos ridículos e medíocres. A nenhum povo faz tanta falta o ar da Europa como ao povo português” (Rodrigues Lapa *apud* Janotti, 1992, 113).

O Padre e santo espanhol Inácio Loyola criou a Ordem dos Jesuítas, ou *Societas Iesu*, em latim, no papado de Paulo III, apenas 40 anos antes da União Ibérica, acontecimento ocorrido em 1580, que unificou a Espanha e Portugal. No ano de 1622, ele foi canonizado pelo Papa Gregório XV. Além da carreira militar, encerrada em 1521, Inácio estudou humanidades nas Universidades espanholas de Alcalá e Salamanca e teologia na de Paris (Neto e Maciel, 2008). O antropólogo Darcy Ribeiro (1995, 67) defendeu que “a causa primeira da expansão ultramarina, e portanto dos descobrimentos, fora a precoce unificação nacional de Portugal e da Espanha, movidos por uma revolução tecnológica que lhes deu acesso ao mundo inteiro com suas naus armadas, gestando uma nova civilização”. Fundada por um espanhol, na cidade de Roma, a Companhia de Jesus criou raízes em Portugal a tal ponto que ela foi o principal instrumento de colonização do projeto lusitano de expansão. Por quase duzentos anos a Ordem esteve à frente dos assuntos políticos portugueses, como demonstra Pena (2005, 15): “desde os primeiros anos de sua formação (1540) até o período pombalino (1777), período este que os jesuítas foram expulsos dos domínios lusos, eram fortes os laços que uniam a Companhia de Jesus e o Estado português”. Durante quase três

séculos, a Companhia de Jesus desbravou mata virgem, levantou aldeamento, fundou cidades e evangelizou a alma nativa (Freyre, 2006).

Segundo Freyre (2006), o português é “figura vaga, falta-lhe o contorno ou a cor que a individualize (...). O tipo contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis” (Freyre, 2006, 265). Essa percepção se coaduna com aquela defendida por Janotti (1992). De acordo com o autor de *Origens da Universidade* (1992), a situação lusitana foi peculiar: não conseguindo, Portugal, integrar-se às transformações que sacudiam o mundo europeu, não teve dificuldades, portanto, em se sentir no seu domínio, ainda que separado pelo Atlântico de sua terra de origem. O projeto de colonização português diferiu de todos os outros realizados pelas demais potências européias. “Os portugueses não trazem para o Brasil”, escreve Freyre (2006, 90), “nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias”.

Diferentemente da maioria dos impérios que se preocupavam com a contaminação religiosa que o contato com o homem nativo poderia provocar no europeu, abalando toda certeza religiosa que havia em sua noção de espiritualidade, o possível cruzamento racial entre o indígena e o homem branco não foi uma ameaça ao projeto de colonização lusitan. O português considerava seu irmão aquele que fosse de fé católica. Portugal temia os acontecimentos reformistas que atravessavam o continente, provocando dissidências religiosas. O principal caso foi o do rei Henrique VIII, que rompeu relações políticas com a Igreja Católica, inaugurando uma nova religião, o protestantismo, uma das principais causas do movimento reformista. Por isso, o perigo político, em certa medida, estava no herege. O envio dos jesuítas ao Brasil como uma tentativa de conter o avanço do protestantismo, que transbordava da Europa, ameaçando desembarcar no Novo mundo. Além disso, havia o perigo interno, já que a concepção espiritualista indígena não pedia para o monoteísmo, mas para a devoção plural. A palavra Tupã, por exemplo, que diz respeito à entidade maior entre os índios, significa, também, a voz que ecoa, originando diversas divindades.

Em síntese, a verdade é que não está bem esclarecido se foi a Companhia de Jesus que afastou Portugal das transformações renascentistas, ou se foi a própria entidade religiosa a manifestação mais elevada do seu atraso secular. O seu projeto pedagógico e sistema de ensino atravessava toda a vida do nativo, desde a tenra infância até a idade adulta. A proposta do *Ratio Studiorum* ia desde o curso secundário (6 anos) até os cursos superiores em teologia e filosofia (Júnior e Bittar, 1999). Neto e Maciel (2008) indicam que o processo de catequese era marcado pelo ensino em humanidades, campo formado pelo aprendizado em artes,

composição oral e escrita. O sistema de ensino jesuítico, portanto, começava a intervir no sujeito no momento em que sua existência era mole e maleável, quase tão suscetível à deformação quanto a frágil sociedade colonial, explicita Freyre (2006, 90). A estruturação do sistema pedagógico jesuítico voltou-se, completamente, para a lógica de consolidação do imaginário europeu no corpo nativo. Para o historiador Leonel Franca (1952), o *Ratio Studiorum* procurou lapidar certos comportamentos humanos para torná-los civilizados, leia-se domesticados.

O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas. Portanto, era um manual prático e sistematizado que apresentava ao professor a metodologia de ensino a ser utilizada em suas aulas (Neto e Maciel, 2008, 180).

As aldeias dos jesuítas tinham dois objetivos básicos, de acordo com Neto e Maciel (2008): o doutrinário e o econômico. O primeiro buscava o ensino do cristianismo e o outro, as artes e os ofícios para acostumar os índios ao trabalho tão fundamental naqueles tempos do descobrimento. Acrescente-se, a esses dois objetivos, a consequência inevitável desse exercício: a transmutação do indígena em colono. Manoel da Nóbrega foi o primeiro jesuíta a desembarcar no Novo Mundo, desenvolvendo um plano de ensino bem coerente aos propósitos da Coroa. Do desembarque primevo, outros sucederam. Fundado em 1554, o aldeamento de Piratininga foi o mais famoso, pois a partir dele se originaram as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Neto e Maciel, 2008). Manoel da Nóbrega construiu cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). Todo o trabalho de evangelização desenvolvido pela Ordem teve um forte embasamento pedagógico, semeado nos monastérios da Europa. Dentre os principais teóricos, destaca-se Gaspar Astete (1537-1601), “primeiro jesuíta, se não a conceber, certamente a concretizar um vasto programa de educação e formação cristã para todos os ‘estados’ de homens e mulheres, da infância à viuvez” (Fernandes, 2004, 433). Gaspar Astete teve grande importância na educação moral e social dos jovens. A *juventude cristã* foi uma expressão solidamente constituída, que sustentava o ideal de educação jesuítica como processo civilizatório. O jesuíta espanhol Francisco Suárez (1548-1617) foi também reconhecido como um dos maiores teólogos da Companhia de Jesus, tendo sido um dos principais renovadores da estrutura pedagógica do ensino jesuítico (Rodrigues, 2004).

O “missionário” foi, portanto, o maior devastador da cultura não-européia desde idos dos anos 1500. Nas Américas, no lugar em que o nativo misturava-se, integrava-se, contemporizava-se e compunha, o jesuíta isolou, segregou e impôs (Freyre, 2006). O

sociólogo Sérgio Buarque de Hollanda (1994, 11) até se arriscou a dizer, na obra *Raízes do Brasil*, que “nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões”. Dentre os principais projetos jesuíticos está o mais antigo centro de ensino do Brasil, o Colégio da Bahia, formador do padre Antônio Vieira (Santos, 2011). Fundado em 1550, o Colégio da Bahia foi, inicialmente, chamado Colégio dos Meninos de Jesus, com a vinda de órfãos de Lisboa, crianças indígenas e africanas, como demonstra Leite (1993). O jesuíta espanhol Vicente Rodrigues, o Rijo, foi o primeiro professor a ministrar aulas no Colégio. 1554, segundo Neto e Maciel (2008), foi o ano em que José Anchieta integrou o quadro de professores. Séculos antes da fundação da primeira universidade no país, no Colégio da Bahia funcionou quatro faculdades de ensino superior, que concediam graus acadêmicos, incentivando, inclusive, os melhores alunos a completarem sua formação na metrópole (Neto e Maciel, 2008; Santos, 2011).

A influência jesuítica não se restringiu a um projeto pedagógico, sendo ela própria a personificação da estrutura política de colonização portuguesa. Pode-se perceber, analisando Freyre (2006), o caminho percorrido pela empresa inaciana que vai do aldeamento, organização primeira do processo de desbravamento, até a Casa-grande, momento em que a empreitada imprimida por Portugal encontrou-se, definitivamente, consolidada na cultura brasileira. Sobre o aldeamento, mais especificamente, Capistrano de Abreu defende a ideia de que “as aldeias tornaram-se não só um estado no estado como uma igreja na igreja” (Abreu *apud* Santos, 2007, 108), evidenciando quão estruturada a ação jesuítica ocorreu. A Companhia de Jesus preparou o arado das terras nativas, embalou suas crianças com as cantigas do menino Jesus e revestiu seu corpo nu de orações e português. No período colonial, foi senhora dessas terras, dominando a economia e a política daquela época. Como a mais influente empresa desse período, em torno da Ordem se organizou o comércio nos primórdios do país. A citação a seguir, de Leite (1945, 57), descreve a Era de ouro do catolicismo no Novo Mundo: “o gado: cavalariço, 948 cabeças; bovino, 9.344. Para sustento dos padres do Colégio tiram-se 500 reses além das que anualmente se gastam nos trabalhos das fazendas”. Uma das mais renomadas fazendas de missionários foi a de Santa Cruz, que já chegou a contar com 232 senzalas e 740 escravos, como está descrito em *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1945).

Embora o espírito reformista tenha tardado, ele chegou a solo português na segunda metade do século XVIII e navegou até suas colônias. De fortes tendências modernistas, o

Marquês de Pombal, importante ministro no reinado de D. José I, realizou reformas estruturais no Estado português, a começar pela expulsão dos jesuítas de suas colônias (Santos, 2007; Neto e Maciel, 2008). Esse marco tornou-se representativo da revolução cultural que a Europa iniciara dois séculos antes. Segundo Serrão (1982), o regresso dos últimos jesuítas à metrópole não significou o rompimento dos laços que manteve o Brasil preso a Portugal. Enquanto um braço da Igreja Católica voltava para a Europa, era possível vislumbrar um movimento contrário, quase que conseqüente, o desembarque da universidade no litoral do país. O *Regimento das Missões*, estabelecido em 1686, perdeu força em 1755 quando “foram promulgadas duas leis concedendo plena liberdade aos índios e tirando dos missionários a autoridade civil e religiosa sobre os aldeamentos (Santos, 2007, 114). No ano de 1757, de acordo com o autor de *Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, no século XVIII*, foi redigido o *Diretório das Povoações dos Índios do Pará e Maranhão*. Esses são apenas alguns exemplos que ajudam a ilustrar o contexto de reformas políticas que atravessaram Portugal e suas colônias. As aberturas das Faculdades, primeiro a de Medicina na Bahia, depois as de Direito em Recife e São Paulo, indicam que as revoluções culturais renascentistas começavam a se consolidar no país.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Depois de lavar o solo da América Latina de sangue e prostituir suas mulheres, o europeu logo buscou domar a “selvageria” da cultura indígena, fato evidente em *Casa-grande e Senzala* (Freyre, 2006, 217): “o homem indígena, porém, quase que só encontrou, nos adventícios, senhores de engenho para os fazerem trabalhar na lavoura da cana e padres para os obrigarem a aprender a contar, ler e escrever”. Das caravelas, o europeu trouxe igrejas, colégios e monarquias para domesticar o homem nativo. Diferentemente da dos portugueses, na ocupação espanhola a instituição universitária esteve desde sempre presente como referência *sine qua non* ao processo de colonização. Como Teixeira (1999, 29) revela nesta citação, “o Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas colônias - eram 26 ou 27 ao tempo da independência -, Portugal, fora os colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora”. Em contrapartida, os relatos históricos evidenciam como a América portuguesa despontou como unidade, e a espanhola fragmentou-se em dezoito países (Graham, 2001). A Espanha tratou de erguer sobre as ruínas das culturas nativas teatros e universidades, empurrando para o esquecimento uma forma de pensamento dita primitiva em prol daquela

que faria a América se desenvolver tanto cultural quanto espiritualmente. Depois de fundar a primeira universidade de São Domingos no ano de 1538, em 1551 “foi fundada por decreto uma instituição destinada a aculturar a elite de quíchua, A Universidade de São Marcos; no mesmo documento foi instituída a Universidade do México” (Hallewell, 2005, 63).

A primeira escola de ensino superior foi inaugurada no Brasil, no ano de 1808, na cidade de Salvador, no Terreiro de Jesus. Instalada no Hospital Real Militar, a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) precederia a vinda da família real portuguesa no mesmo ano. Esse acontecimento foi responsável pela unificação da América portuguesa. A fundação de uma primeira universidade no país antecipava, também, os movimentos culturais, políticos e econômicos que estavam transformando a Europa, para depois serem derramados sobre o Brasil. Mendonça (2000, 4) não deixa de lembrar essa passagem no seu artigo *A universidade no Brasil*: “o príncipe decidiu criar um Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, em fevereiro deste ano [1808], a pedido do cirurgião-mor do Reino, José Correia Pincanço”. Antes de legitimar a FAMEB, D. João VI tentou deliberar a construção de uma universidade literária. Em 1671, a Câmara Municipal da Bahia solicitou à universidade de Évora a concretização do projeto de uma escola de ensino superior na colônia, como relata Azevedo (1971, 532-533): “fecharam todas as portas para a criação, no Brasil colonial, de cursos superiores destinados à preparação para profissões liberais”.

Era preciso reforçar a colônia para receber a corte portuguesa. Por isso, as primeiras universidades concentraram suas atenções em proporcionar uma formação técnica. Segundo Mendonça (2000), em 1816 foi inaugurada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios para esse fim. Primeiro, deveriam ser construídas instituições que pudessem garantir o mínimo de infra-estrutura no desembarque real. A regulamentação do ensino superior foi de crucial importância para a estadia da corte, pois ela é a força motriz do progresso. A Faculdade de Medicina da Bahia ofereceria a condição mínima para esse desembarque. Entretanto, somente depois de ter se tornado independente de Portugal, uma universidade poderia refletir sobre as funções das leis e o ato de legislar. “A esse conjunto”, ainda de acordo com Mendonça (2000, 4), “viriam se agregar os cursos jurídicos, criados apenas após a Independência, originalmente em São Paulo e Olinda, no ano de 1827”.

Todavia, não foi no século XIX que a história do ensino teve início no Brasil. Ela remonta ao processo de colonização desenvolvido pelos jesuítas na época do descobrimento. Segundo os pesquisadores Neto e Maciel (2008), a presença da Companhia de Jesus em terras nativas representou o projeto de desbravamento proposto por Portugal. Ainda que o trabalho de catequese, desenvolvido pela Ordem dos Jesuítas, não possa ser considerado um sistema de

ensino superior, a didática adotada por ele reflete o modelo de universidade que ainda estava em vigor em Portugal. No século XVI, a universidade começou a passar pelo processo de transmutação que iria, cada vez mais, distanciá-la da tradição escolástica (Janotti, 1992). Foi exatamente nessa conjectura que Francis Bacon ganhou destaque, pois, como propõe sua filosofia, a universidade deveria alinhar-se com o desenvolvimento tecnológico (Oliveira, 2010). Ao seu redor cresceram as cidades e o conceito de homem moderno. Através dela a subjetividade urbanizou-se, como apontou Janotti (1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do ensino no Brasil é indissociável, em sua origem, das incursões empreendidas pela empresa inaciana. A intenção pedagógica daqueles missionários esteve além da pura transmissão de conhecimento. Ao invés disso, ela foi o dispositivo central na proposta de exploração portuguesa, que foi baseada em um sistema disciplinar de educação. Visando conter as novidades nascidas das reformas europeias, a Ordem dos Jesuítas representou um dos principais movimentos de contra-reforma da Igreja Católica. Por mais de duzentos anos, a Companhia de Jesus foi protagonista das relações política, econômica e educacional, influenciando de forma decisiva a formação do povo brasileiro. Não resta dúvida de que o projeto de santo Inácio de Loyola influenciou a sociedade brasileira para além do enquadre produzido pela força de sua ação. Ainda que o movimento jesuítico tenha sido encerrado em meados do século XVIII, seu legado não deixou de reverberar nas Eras posteriores, imprimindo marca tão peculiar, que ela confundiu-se com a própria fundação do ensino superior no país.

O recuo histórico realizado neste estudo buscou, assim, compreender as raízes do ensino iniciado no Brasil com a Companhia de Jesus, sem perder de vista a particularidade lusitana no cenário europeu, frente às reformas que transformavam a sociedade do século XVI. A possibilidade de percorrer o caminho traçado, aqui, pode evitar enganos nos acontecimentos recentes, por falta de conhecimento dos assuntos pretéritos, cuja distância alargada, com o passar do tempo, torna-se abismal com o esquecimento, a ponto de não guardar mais vínculo com o presente

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 1ª edição. São Paulo: Melhoramentos/editora USP, 1971.

BACON, Francis. **Novum Organum**. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova cultural, 2000.

BARRETO, Tobias. **Filosofia francesa no século XIX – espiritualista (1868)**. In: MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. Tobias Barreto: Estudos de Filosofia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Grijalbo, 1977

BARRETO, Tobias. **Fatos do Espírito Humano (1869)**. In: MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. Tobias Barreto: Estudos de Filosofia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Grijalbo, 1977

FERNANDES, C.L.M. A disciplina do comportamento moral de Gaspar Astete (1537 – 1601) e o seu programa de formação da <<juventude cristã>>. Universidade do Porto. In: **A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVIII: espiritualidade e cultura**. Actas do Colóquio Internacional, Portugal, vol. I, p. 433-444. Maio, 2004.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 51ª edição. São Paulo: editora global, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1ª edição. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2010.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado. **The journal of the historical society**, vol. 1, nº 2-3, p. 17-56, 2001.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. 2ª edição. Tradução: Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Editora USP, 2005.

HOLLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

JANOTTI, Aldo. **Origens da universidade: a singularidade do caso português**. 1ª edição. São Paulo: editora USP, 1992.

JÚNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. Vol. 80, nº 196, p. 472-482, set/dez, 1999.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Lisboa: Portugal, 1945.

_____. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1540 – 1760**. 2 edição. Braga: Apostulado da Imprensa, 1993.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. In: Os pensadores. São Paulo: Editora Nova cultural, 2000.

MENDONÇA, Ana. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 1º, nº 14, Maio/Agosto, 2000.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Revista Educar**. Editora UFPR Curitiba, nº 31, p. 169-189, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: editora Escala, 2007.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, Janeiro/Junho, 2007.

PENA, Leonardo. Os Apóstolos dos tempos modernos: A Companhia de Jesus e o pensamento neotomista em Portugal. **Artigo apresentado ao Departamento de História da UFMG como avaliação na obtenção do título de Doutor**, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Manuel Augusto. A espiritualidade Filosófico-Teológica de Francisco Suárez. Universidade de Coimbra In: **A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVIII: espiritualidade e cultura**. Actas do Colóquio Internacional, Portugal, vol. I, p. 417 - 431. Maio, 2004.

SANTOS, Fabricio. Aldeamentos Jesuítas e Política colonial na Bahia, século XVIII. **Revista História**. Universidade Federal do Recôncavo. Vol. I, nº 156, p. 107-128. 1º semestre, 2007.

SANTOS, Fernanda. O Colégio da Bahia e o projecto educativo da Companhia de Jesus no Brasil colonial. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Universidade de Maringá. Vol. III, nº 9, janeiro 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Volume 6. Lisboa: Verbo, 1982.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1999.

TRINDADE, Hélió. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Revista Brasil: Dilemas e desafios III**. São Paulo, vol. 14, nº 40, Setembro/Dezembro, 2000.

ⁱ Psicólogo mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos – UFBA. Participante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – SAVIS. Email: bvivassa@hotmail.com

ⁱⁱ Doutora em Saúde Coletiva pela UFBA. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – SAVIS. Docente Permanente do Mestrado Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da UFBA. Email: therezacoelho@gmail.com